



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

---

PARECER Nº 39/25 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 26 DE MAIO DE 2025

Projeto de Lei Ordinária nº 11/25, de autoria do Poder Legislativo que “Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Educacional e Desportiva dos Surdos de Formosa – AEDSF.”

Relator: Ver. Dr. Luiz Fernando Lêdo.

### **I – Relatório**

O presente Projeto de Lei, oriundo do Vereador Marcus Viana, tem por objetivo declarar de utilidade pública municipal a Associação Educacional e Desportiva dos Surdos de Formosa (AEDSF), inscrita no CNPJ nº 23.067.500/0001-46, com sede na Rua 16, nº 1331, Bairro Formosinha. A justificativa realça a atuação da AEDSF desde 2015 em inclusão educacional, cultural, esportiva e social da comunidade surda, bem como sua conformidade com normas constitucionais e legais de promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

### **II - Fundamentação Jurídica**

#### **1. Competência e Iniciativa**

##### **Competência Legislativa:**

Nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, incluída a declaração de utilidade pública de entidades civis que prestem serviços relevantes à comunidade.

##### **Iniciativa:**

A iniciativa de lei ordinária cabível ao vereador está em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei Orgânica do Município, não havendo vício de iniciativa.

#### **2. Mérito e Adequação Material**

##### **Requisitos para declaração de utilidade pública:**

A doutrina e a jurisprudência reconhecem que a declaração de utilidade pública pressupõe:

- Natureza sem fins lucrativos (presente na AEDSF);
- Notória relevância social (educação em LIBRAS, assistência social, promoção do esporte inclusivo);
- Transparência e idoneidade (registro regular e atuação documentada desde 2015).



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

PARECER Nº 39/25 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 26 DE MAIO DE 2025

O projeto de lei está em conformidade com normas superiores, dentre elas a Constituição Federal – arts. 5º (igualdade), 6º (direitos sociais) e 205 (educação) e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assegura a autonomia e inclusão da pessoa com deficiência.

### **3. Forma Legislativa e Técnica**

O texto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95/1998 (técnica legislativa), apresentando Ementa clara; dispositivos sucintos (Art. 1º e Art. 2º); justificativa consistente e fundamentada.

### **4. Constitucionalidade e Legalidade**

#### **Apreciação constitucional:**

Não há ofensa a cláusulas pétreas ou princípios constitucionais; a declaração de utilidade pública é ato discricionário de interesse social e não implica renúncia fiscal — habilita apenas a entidade ao acesso a convênios e parcerias. O projeto preenche todos os requisitos regimentais e não insere matéria estranha ao interesse local, resguardando-se a competência exclusiva do Poder Legislativo Municipal.

### **III – Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão entende que o Projeto de Lei nº 11/2025 atende aos requisitos de legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa, estando apto a seguir sua tramitação nas demais comissões e em plenário.

### **IV – Voto**

Diante do exposto, consideramos juridicamente legal e constitucional o Projeto de Lei Ordinária nº 11/25, estando apto para deliberação pelo Plenário.

Portanto, esta Comissão manifesta parecer favorável à sua aprovação.

Câmara Municipal de Formosa, 20 de maio de 2025.

Γ

Γ

Γ

Presidente

Relator

Membro



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

PARECER Nº 39/25 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 26 DE MAIO DE 2025

┌

┌

Membro

Membro